

Sepe assina acordo com a PGERJ para a devolução de descontos do Nova Escola de 2005

A Coordenação Geral do Sepe esteve reunida no dia 15/10 com a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ), por meio da Procuradoria de Pessoal e da Câmara Administrativa de Solução de Controvérsias (CASC), onde assinou um Termo de Autocomposição. A assinatura prevê o ressarcimento aos profissionais de Educação que, nos meses de janeiro e fevereiro de 2005, foram descontados pelo governo estadual diante do atraso na avaliação da gratificação do “Nova Escola”. O acordo é importante para que o pagamento dos atrasados aos profissionais de educação seja feito pelo governo o mais breve possível.



Coordenação-geral do Sepe (esquerda) reuniu-se com a PGE-RJ para acordo de pagamento de descontos irregulares no Nova Escola 2005 (foto: Paulo Vitor/PGE-RJ)

Serão beneficiadas 14.680 matrículas e os valores foram atualizados até abril deste ano. O pagamento será realizado em uma única parcela, direto em folha, com correção da Taxa Selic. Apenas os profissionais da educação que tiveram os valores descontados nesses dois meses serão contemplados, incluindo aqueles que não estão mais vinculados à rede estadual de ensino.

Cadastramento para a ação coletiva Nova Escola 2002 foi encerrado

No dia 8 de outubro de 2025, o Sepe encerrou o processo de cadastramento dos servidores na ação judicial Nova Escola Ativos 2002 e Nova Escola Aposentados. O cadastramento ficou aberto de 2 de julho até 8 de outubro. No momento está ocorrendo a conferência das documentações enviadas no processo, caso algum servidor tenha dúvida, ele poderá entrar em contato com o Sepe por meio do telefone: (21) 2195-0456 (whatsapp). ■

Piso dos Funcionários avança na Câmara e projeto vai para a CCJ

O Projeto de Lei 2531/2021, sobre a implementação do Piso Nacional dos Funcionários Técnicos, Administrativos e Operacionais, foi aprovado no dia 15/10 na Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Agora, o projeto de lei segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, caso seja aprovado, poderá

ser encaminhado pela Presidência da Câmara diretamente ao plenário para votação.

Por causa da importância da urgência da aprovação do PL na Câmara, a Secretaria de Funcionários do Sepe convoca toda a categoria a se manter mobilizada e acompanhando a tramitação do projeto. ■

Sepe terá audiência com a Casa Civil do Governo dia 4/11

Nesta audiência, o governo se comprometeu a apresentar estudos de impacto financeiro relativos ao reajuste e piso nacional. Da parte do Sepe, apresentaremos o levantamento do Sepe-Dieese que mostra que o poder de compra dos profissionais das escolas estaduais caiu pela metade entre os meses de julho de 2014 e abril de 2025. A pesquisa leva em conta a perda em relação à cesta básica, mas é bom lembrar que a inflação acarreta outros impactos no dia a dia dos profissionais de educação que têm que arcar com outros custos, como transporte, saúde, aluguel, preço de medicamentos entre outros itens básicos para a sobrevivência.

E não adianta o governo alegar que o Regime de Recuperação Fiscal, que o governo entrou em 2016, impede reajustes salariais, já que o que o regime proíbe é o aumento real; assim, a não concessão do reajuste se dá por falta de vontade política! O governo ainda deve duas das três parcelas da recomposição aprovada pela ALERJ, em 2022. A rede estadual está em luta pela implementação do piso nacional, o pagamento das parcelas da recomposição salarial, publicação dos abonos funcionais, contra a NOA, perseguição a professores, entre outras pautas.

ASSEMBLEIA DA REDE ESTADUAL: 8 de novembro, às 10h, em formato híbrido (local a ser divulgado). Para participar, o profissional terá que apresentar o seu contracheque para inscrição online pelo link redeestadual.seperj.info ou de maneira presencial. ■

MPRJ ajuíza ação contra o estado por omissão na manutenção de escolas'

O Ministério Público do Estado ajuizou uma ação civil pública contra o governo estadual devido à grave deterioração da infraestrutura das escolas públicas, apontando falhas em climatização, estrutura e equipamentos. A 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital identificou que os problemas resultam de uma “omissão estrutural” do Estado na manutenção preventiva das unidades, afetando a segurança, a saúde e o aprendizado dos estudantes. O MP afirma que a gestão estadual atua de forma corretiva apenas em situações críticas, muitas vezes após determinações judiciais, o que aumenta custos e prejudica as atividades escolares. ■

O que reivindicamos:

- 1 Implementação do piso nacional do magistério e do piso para os funcionários;
- 2 Pagamento das parcelas restantes da recomposição acordada pela ALERJ e governo;
- 3 Reajuste para cobrir as perdas salariais dos últimos anos.

Justiça do Rio condena Cabral e Pezão a pagarem multas bilionárias

O Tribunal de Justiça do Rio condenou os ex-governadores Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão, além do ex-secretário Hudson Braga, por improbidade administrativa, prática de corrupção por esquemas de concessão ilegal de benefícios fiscais em troca de doações eleitorais não contabilizadas (caixa 2) e favorecimento empresarial para o financiamento ilícito da campanha eleitoral de 2014. A decisão é da 15ª Vara de Fazenda Pública da Capital.

O ex-governador Sérgio Cabral foi condenado a pagar mais de R\$ 2,5 bilhões em multas e Pezão, que o sucedeu no governo do estado, a pagar R\$ 1,4 bilhão. O ex-secretário Hudson Braga foi penalizado com mais de R\$ 35 milhões de multa. Os três tiveram seus direitos políticos suspensos pela Justiça por até 10 anos. O Sepe saúda esta nova decisão da Justiça. As gestões de Cabral e de Pezão foram responsáveis pela falência do tesouro estadual, deixando os servidores públicos à míngua, enquanto enriqueciam com o dinheiro público que deveria ser investido em educação, saúde e bem-estar social para a população fluminense. ■

